

Desenvolvimento sustentável no mundo rural insular: Caso de estudo de uma comunidade da ilha Terceira-Açores, Portugal

Félix Rodrigues, Eva Vidal & Cristina Palos

Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, Largo da Igreja, 9701-851

Terra-Chã, Angra do Heroísmo

Contacto dos autores: felix@uac.pt, evavidal@sapo.pt, cpalos@uac.pt

Resumo

Neste trabalho, apresentam-se as perspectivas e percepções sobre desenvolvimento sustentável de uma pequena freguesia da ilha Terceira, Açores, Portugal.

A evidência empírica deste estudo fundamenta os aspectos particulares da freguesia: a identidade colectiva, o sentido de pertença ao lugar, a cooperação, a comunicação, as actividades colectivas, a permanência da população, os aspectos ambientais, e faz sobressair, a ausência do equilíbrio da estrutura etária, da formação permanente, da manutenção de serviços e equipamentos, da viabilidade económica e das oportunidades de emprego, entre outras.

O (des)envolvimento sustentável da freguesia rural estudada é possível, assim como também é possível encontrar um sentido de futuro, mas qualquer intervenção local para ser aceite e legitimada pela comunidade terá que ser, um processo, predominantemente de natureza informal.

Introdução

O desenvolvimento sustentável não pode ser, no caso do mundo que habitamos e, muito particularmente, nas pequenas ilhas, conseguido à custa da exploração até ao limite dos recursos naturais; mas isto não significa que tenhamos de ficar prisioneiros de um princípio de conservação que nos aliene de qualquer intervenção humana para manter

um capital natural intacto, enclausurado e perdurável, pelo que a subversão desses princípios surge como um risco eminente, que terá de ser devidamente acautelado.

Os desafios que são colocados a todos é, neste sentido e desde logo, conseguir que numa comunidade sejam encontradas estratégias que possam reverter na criação de oportunidades, na melhoria da qualidade de vida da população, na gestão racional dos recursos e da produção, por forma a inverter a estagnação económica, social, cultural, ambiental, mas aliando o cuidado para não causar desequilíbrios e degradação ao meio ambiente, numa nova lógica de racionalidade que busca o equilíbrio dinâmico e as perspectivas de (des)envolvimento futuro.

A reflexão sobre a construção do mundo actual, e em particular do mundo rural onde hoje convergem e se precipitam tempos históricos e se abrem as perspectivas de uma grande complexidade, onde se combinam o natural, a tecnologia e o simbólico, onde se ressignificam tradições, valores, saberes, identidades e culturas, impulsionou uma análise em que se cruzaram diferentes dimensões do tempo e se aproxima o passado, o presente e o futuro, no contexto das interações dos actores locais com o seu meio ambiente.

O impacto das mudanças provocadas pela expansão do sistema capitalista e da economia de mercado, contribuiu para que as diferenças entre estes espaços fossem sendo acentuadas, decorrentes da maior complexidade do mundo urbano e da maior mobilidade social e espacial da população mas, por estas mesmas circunstâncias, também “a validade lógica e explicativa desta visão dicotómica foi sendo, paradoxalmente, posta em causa justamente pela expansão do modelo de desenvolvimento de sede urbano-industrial” (Figueiredo, 2003).

Ao pensar a ruralidade num contexto de desenvolvimento sustentável, deve-se falar igualmente de sociedade sustentável ou de um planeta sustentável como condição prévia indispensável para um desenvolvimento realmente sistémico (Leff, 2001). Dir-se-á que sustentável é a sociedade que produz o suficiente para si e para os seres do ecossistema onde se situa; que retira da natureza apenas o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade entre gerações, ao preservar para o futuro os recursos para estas utilizarem. Na prática devemos ser capazes de assumir novos hábitos e de projectar um desenvolvimento que alie a gestão cuidadosa para a manutenção dos equilíbrios ecológicos e que funcione dentro dos limites impostos pela natureza. Não significa

voltar ao passado, nem se trata somente de impor “Limites ao Crescimento” como preconizado pelo Clube de Roma, mas de projectar um novo desafio para o futuro.

A ruralidade terá um papel importante na conquista da sustentabilidade dos territórios e no envolvimento do homem com o ambiente e com os outros, desde que se aprenda a viver o espaço com familiaridade, a conhecer a envolvente, a encontrar verdadeiras lideranças que nos projectem para a sustentabilidade, no reconhecimento e utilização racional das potencialidades, contornando as vulnerabilidades e construindo de uma forma crítica um destino capaz de impulsionar o desenvolvimento de cada território e a reposição do seu lugar no mundo.

A investigação aqui empreendida pauta-se pela interpretação do processo de reconfiguração do rural na contemporaneidade, propondo desvendar o universo simbólico prevaiente na freguesia do Raminho, Terceira, Açores, Portugal.

1-Delimitação do problema de investigação e do objecto de estudo

No âmbito desta investigação, exploraram-se e interpretaram-se as potencialidades do património natural e social de uma freguesia da ilha Terceira (Raminho), Açores, Portugal. Se, por um lado, se propôs a produção de um conhecimento sistematizado sobre o local, por outro, pretendeu-se conseguir que essa informação perdurasse e despertasse novos olhares abrindo outros percursos à educação, ao turismo, à preservação e qualidade ambiental.

Empreendeu-se o levantamento a nível de: recursos naturais; dinâmicas demográficas e de ocupação do território; condições e modos de vida da população local; dinâmicas culturais existentes. Também se procurou interpretar os sentidos que os seus residentes (incluindo o poder político local) atribuem ao território, como gerem ou partilham as potencialidades desse espaço, a fim de se compreender como acontece a preservação e transformação do espaço rural insular na actualidade.

Deste modo, uma das questões que norteou esta investigação aponta para: quais as características e dinâmicas da ruralidade que se evidenciam numa freguesia da Ilha Terceira?

De uma forma mais explícita, questionou-se:

- O que está a acontecer ao espaço rural, em geral, e nesta freguesia em particular, no contexto da sociedade actual?
- Quais as principais características e potencialidades do património natural e construído (recursos naturais, humanos, institucionais) e do património cultural (usos e costumes)?
- Que organização social se apreende?
- Que dinâmicas sociais animam este espaço?
- Que comportamentos demográficos relativos à composição dos agregados familiares? E relativos aos modos e exigências de vida (familiar, profissional, divertimentos, ambiente ou educação)?
- Que conhecimento e interesses existem, por parte dos residentes, sobre as potencialidades e limites locais?
- Como se configura a preservação do espaço rural em função das dinâmicas e do sentido que lhes é atribuído pelos residentes e entidades políticas locais?

Para o efeito procedemos a um conjunto de entrevistas, semi-estruturadas, realizadas junto de cinco informantes privilegiados da comunidade que nos facultaram narrativas orais preciosas para determinar os “pontos de vista” a partir dos quais poderíamos olhar esta realidade rural insular. Entrevistámos ainda líderes de grupos sócio-culturais existentes na freguesia, a fim de medir o Capital Social e perceber as dinâmicas locais e a coesão social. As respostas obtidas recompuseram-se, em última análise, como ferramenta exploratória com a qual se conseguiu não uma recolha exaustiva de dados, mas uma profícua dimensão analítica que nos permitiu delimitar o guião de entrevista a aplicar na fase de estudo empírico, propriamente dito. Ter uma visão prévia ou um esquema do mundo empírico sob estudo é um pré-requisito obrigatório, já que é esta visão que orientará a formulação de problemas, a escolha do tipo de dados a procurar e a identificação de premissas que caracterizam o objecto de estudo.

A metodologia utilizada, com vista a obter a actual imagem do rural insular passou por um vasto conjunto de registos. Defendemos que esta investigação se preconiza essencialmente inventiva, cujos procedimentos partem de observações realizadas no terreno para reconstruir, numa lógica interpretativa, o conhecimento sobre a realidade. As linhas de orientação teórica e metodológica subjacente à análise empreendida encaminharam-se para o enfoque transdisciplinar, na utilização de técnicas qualitativas

em que se procurou combinar instrumentos como as entrevistas e a observação participante, complementando-se com a recolha de dados estatísticos oficiais (Serviço Regional de Estatística dos Açores, Recenseamento Geral da Agricultura e Registos Paroquiais) que se revelariam cruciais para a caracterização socio-económica da população. Recorreu-se, também, e na medida do possível, ao estudo de diferentes fontes documentais.

Na perspectiva da aplicação prática, o desenho e a realização deste projecto de investigação exigiu uma determinada organização a nível de estrutura e de sistematização. Neste sentido, entendemo-lo com um processo que toma em conta a situação pessoal do investigador, as especificidades das fontes de informação e as características do contexto da investigação.

1.1-O contexto de estudo

A freguesia do Raminho está localizada no extremo oeste-noroeste da ilha Terceira, do arquipélago dos Açores - Portugal. Tem uma área administrativa de 11,25 Km² e uma altitude média de cerca de 130 metros. Encontra-se a vinte e sete quilómetros da sede de concelho de Angra do Heroísmo, sendo aquela que mais dista, em termos de acessibilidades, dos centros urbanos da ilha (Angra do Heroísmo e Praia da Vitória).

O Raminho é descrito, por Merelim (1984) como “um lugar ermo e de poucos vizinhos” e “uma das freguesias mais risonhas do campo”, e acrescenta que “A beleza e evolução da paróquia devem-se ao assíduo labor dos seus habitantes, que de terrenos estéreis e áridos fizeram cerrados ricos e fertilíssimos (...) O solo do Raminho, outrora árduo e estéril, a ponto de, em regra, somente pagar vinte réis de foro por alqueire, alcançou fertilidade proveitosa, mercê do suor do rosto dos seus laboriosos moradores” (p.173).

Existe na zona alta da freguesia do Raminho comunidades fitossociológicas pertencentes ao tipo Laurissilva ou floresta de nuvens, como também é conhecida. Uma verdadeira relíquia que mantém quase inalterada a vegetação endémica dos Açores, com habitats de comunidades pioneiras cujas origens remontam às florestas húmidas do Terciário, existentes há milhões de anos aquando das últimas glaciações.

Existe um percurso que tem início num trilho antigo da Serra e que liga uma zona de pastagem de alta altitude a uma lagoa natural no cimo da montanha, a Lagoa do Pinheiro, e a uma nascente, a Nascente das Caldeirinhas.

Ao longo deste percurso natural é possível observar espécies como o Louro (*Laurus azorica*), o Cedro do Mato (*Juniperus brevifolia*) e a Uva da Serra (*Vaccinium cylindraceum*). Existe um estrato ervário composto por diversos fetos e as turfeiras. Nestas turfeiras encontra-se um musgo endémico, o *Sphagnum nitidulum* que absorve até 10 vezes mais o seu peso em água permitindo a lenta libertação dessa água para os aquíferos suspensos, possibilitando assim um abastecimento contínuo às nascentes.

A freguesia do Raminho, tanto na orla costeira como na área de floresta de altitude, está abrangida pela Directiva Comunitária “Habitats”, Directiva 92/43/CEE (Rede Natura 2000) que tem como objectivo preservar os habitats naturais da flora e da fauna selvagens ameaçados, raros ou vulneráveis., consignados na rede de Zonas Especiais de Conservação – as ZEC e definido com Sítio de Interesse Comunitário (SIC).

1.2-Actividades produtivas tradicionais e sócio-economia

Segundo muitos dos nossos informantes privilegiados quem tinha pequenas propriedades, e não fazia criação de animais, vivia de “meias”, isto é, cultivava os terrenos de outros parentes, dando o seu trabalho e as sementes e ficava com o compromisso de conceder metade da produção ao proprietário do terreno. Todos são unânimes em afirmar que «nessa altura, havia muita gente a trabalhar na agricultura e havia muita abundância de produção».

Para garantir a produtividade da terra eram utilizadas formas ancestrais de adubagem. Como complemento às actividades agrícolas surgia a pecuária: «Havia aquela gente que tinha gado, pouco, porque agora é que há lavouras grandes. Naquele tempo quase toda a gente tinha uma vaca, duas, três, quatro. Cinco ou seis já era muito» (informante).

Contrariamente ao que se verifica na actualidade, o tipo de gado existente era o ovino. Na sequência desta abundância de ovelhas outras actividades correlacionadas surgiam como é o caso da fição de lã, trabalho essencialmente realizado pelas mulheres: «No

passado havia mulheres a fiar lã de ovelha. Faziam-se serões na altura, especialmente quando era para casar filhos, para os preparar com as roupas» (informante).

Algumas das marcas simbólicas deste passado, referidas por todos os informantes, são a inter-ajuda e as relações de vizinhança: «Todos se ajudavam uns aos outros». (informante). «A vizinhança vivia como em família. Quando era necessário alguma coisa que não se tinha em casa pedia-se aos vizinhos.» (informante).

A solidariedade aparece também como um valor fundamental deste tempo, solidariedade esta que ultrapassava as barreiras das próprias classes sociais. Mas esta solidariedade não invalida a existência de desigualdades sociais o que ficou bem patente no discurso dos nossos entrevistados: «as pessoas que não possuíam terrenos e que trabalhavam para os senhores tinham uma vida bastante mais difícil, porque nem sempre tinham trabalho. Os proprietários procuravam não empregar muitos homens porque tinham também de lhes pagar com aquilo que a terra produzia.» (informante).

Um dos ofícios ancestrais desta freguesia era a arte de fazer galochas. Pais e filhos trabalhavam no mesmo ofício. Os filhos, descalços, iam ao mato, ao Pico Rachado e às Veredas, buscar a madeira de Cedro do Mato para fazer as galochas, como nos refere um dos entrevistados.

Outro dos ofícios tradicionais existentes era o de carvoeiro: «Passavam o dia no mato, ao rigor do tempo e da fogueira, queimavam a lenha e traziam o carvão para vender. Iam vendê-lo até à cidade, às vezes com um saco às costas ou numa carroça que tinham de pagar o carreto. Os carvoeiros cantavam enquanto a fogueira ardia. Muitas vezes quando chegavam, o homem ia com o milho para a moagem dos Altares e a mulher esperava pela farinha para cozer o pão e no dia seguinte começavam a lida logo de madrugada. Era tudo cozinhado a lenha.» (informante).

1.3-Dinâmicas demográficas e socioeconómicas na actualidade

De acordo com os resultados dos últimos censos de 2001, a freguesia do Raminho tinha uma população residente de 550 habitantes. Desde 1900 que a freguesia apresenta perdas da população, à excepção do verificado nas décadas de 40 e 60.

Esta tendência, que se verificou ao longo dos anos com maior ou menor intensidade, foi particularmente acentuada nos anos 70 e 80. Se compararmos o cenário ocorrido no

Raminho, verificamos que de 1900 a esta parte, a freguesia contrariou a tendência verificada na ilha e no concelho onde se verificou um aumento da população residente.

Entre 1981 e 2001, ocorreu uma redução de 17% da população residente, o que em termos absolutos representa a perda de 113 pessoas, situação distinta da que aconteceu no concelho e na ilha em que a variação da população residente é positiva.

A taxa de analfabetismo verificada na freguesia supera a do concelho, tendo aumentado ligeiramente entre 1991 e 2001. Apenas 7,5 % da população possui o ensino secundário completo, contra cerca de 78% que possui o ensino básico. Numa freguesia onde predomina a faixa etária dos 25-64 anos, existe um baixo nível de qualificação da população.

Também se verifica um crescimento, embora pouco significativo da população que frequenta o ensino universitário e que representa 2,4% da população.

Em 2001, a realidade do Raminho não era diferente da realidade verificada no concelho de Angra e na ilha Terceira. A grande maioria da população activa, 147 trabalhadores, trabalhava por conta de outrem, o que, em termos relativos, representava cerca de 71% da população activa empregada. Verificou-se, ainda, que 15 % da população activa trabalhava por conta própria e cerca de 12% da população era empregadora, valores acima dos verificados na ilha e no próprio concelho e que pode ser explicado pelo facto de ainda existirem muitas explorações agrícolas familiares.

O sector primário que integrava, em 1991, 54,2 % da população já só empregava, em 2001, 25,2% dessa população. Por outro lado, o sector secundário e terciário ganham uma importância acrescida na estrutura do emprego da população activa local. Enquanto na ilha e no concelho não se verifica, nesta década, uma mudança da estrutura do emprego da população activa, no Raminho essa mudança é bastante notória.

2- Análise de resultados

No sentido de avaliar a identificação das pessoas com o local, e na linha da proposta de Duarte e Lima (2005), colocámos aos nossos entrevistados a seguinte questão: “Imagine que lhe davam oportunidade de se mudar para outro lugar, podendo levar consigo as pessoas de quem mais gosta (família e/ou amigos). O que faria?”.

A análise das respostas mostra que seis dos entrevistados não sairiam da freguesia e dez admitem essa possibilidade, sendo que seis desejam manter o vínculo à localidade.

Os factores que explicam, na óptica dos entrevistados, a vinculação à freguesia fazem referência aos laços matrimoniais, ao emprego local e à história de vida associada ao local: lugar onde habita e onde tem as suas ligações afectivas.

Para aceder à representação da freguesia e aos conteúdos simbólicos subjacentes à identificação das características atribuídas a esta bem como à perspectiva dos participantes sobre as idiossincrasias locais e aos aspectos valorizados foram colocadas várias questões na entrevista. As respostas obtidas traduzem os conteúdos identitários enquanto factores de identificação com o lugar e para os quais foram definidas categorias relacionadas com as características do local, características das pessoas e das relações interpessoais que estabelecem neste contexto de interacções.

A análise dos conteúdos identitários, naquilo que respeita às características do local e por referência aos aspectos patrimoniais da localidade, destaca-se a paisagem e a proximidade com a natureza presente no discurso de 10 entrevistados.

Como refere Peixoto (2004) “o espaço rural evoca, acima de tudo, a paisagem e a tranquilidade, o ambiente e a liberdade, a harmonia e a qualidade de vida” (p. 6). Na mesma linha, Figueiredo (2003) propõe a equação “ambiente = campo = natureza” para explicar o fenómeno da recriação da ruralidade inserido na filosofia pós-moderna da redescoberta e revalorização do espaço rural em que o ambiente passa a ser “essencialmente apreendido nas suas componente biofísicas como natureza” e, por outro lado, “a natureza tem uma grande correspondência, em termos de representações sociais, com o campo e com a agricultura” (p. 208).

A calma e a tranquilidade são as características mais significativas que a maioria dos indivíduos entrevistados (11) associam ao Raminho, referindo-se ao espaço deste modo: «é um lugar calmo para se viver, onde as pessoas se sentem bem.».

O interconhecimento surge como uma das principais características referida por pouco mais de metade dos entrevistados que evidenciaram como a característica mais positiva dos habitantes e está também presente na descrição sobre as relações que se criam entre eles. Considera-se, por isso, a importância das relações de interconhecimento na configuração dos processos sociais que simultaneamente correspondem também à

especificidade do espaço social da freguesia do Raminho: «Aqueles pessoas que são mesmo de cá é quase como uma família, somos todos uns com os outros.».

A diferença perante os outros habitantes e territórios reforça o sentimento de identidade e o espírito de grupo. Pode ver-se que, de uma forma quase estratégica, para os autóctones aqueles que não estão integrados na freguesia, ou ainda não foram aceites como pertencentes a esta, não são incluídos nas redes de interconhecimento local.

A configuração das relações intergeracionais e o reforço activo dos laços e solidariedades intergeracionais são referidos por um quarto dos entrevistados, em que os saberes ancestrais são legitimados pelos jovens da freguesia, no contexto da diversidade cultural e social actual, em que os múltiplos saberes se cruzam e acontecem no intercâmbio entre os actores sociais.

O clássico pressuposto da “homogeneidade cultural das colectividades rurais” e “código único de atitudes e comportamentos” (Mendras, 1978, p.94) são revistos na análise da situação concreta do Raminho, onde se poderá dizer que se assiste a uma maior diversidade cultural que se alia à legitimação dos saberes ancestrais, num cenário integrado por partilhas de que os habitantes podem usufruir, com uma notória visibilidade recíproca das relações interpessoais.

Ao questionar os entrevistados sobre quem deveria apresentar projectos ou propostas de desenvolvimento a nível local, quase todos (87,5%) assumem que esta deve ser uma acção dos cidadãos: «Primeiro cada cidadão é um membro activo. Cabe a todos. Tem que partir das pessoas e não esperarmos que a Junta de Freguesia faça» «É a população que deve apresentar propostas ou projectos de desenvolvimento para a freguesia». Mas um número ainda significativo das respostas sugere que essa competência deve ser assumida em partilha com outros actores em presença «as próprias pessoas, qualquer pessoa deve apresentar à Junta mas tinha de juntar todos e fazer alguma coisa».

A “visão de futuro” da comunidade, partilhada pelo grupo de entrevistados, não valoriza as tradicionais dimensões de desenvolvimento reduzido à “dimensão económica”, pelo contrário, evidencia a aposta nos recursos endógenos e nos vínculos ao lugar, isto é “a dimensão ambiental”, sem descurar o problema do emprego.

3-A lógica do desenvolvimento sustentável

“As diversas concepções de sustentabilidade presentes e, sobretudo, os objectivos, os métodos e o *modus operandi* que o desenvolvimento sustentável implica, determinarão, por certo, as razões que levam cada um a optar por esta ou aquela solução.” (CNU, 2005, p. 68). Apreender as diversas concepções de sustentabilidade da freguesia do Raminho, na óptica dos entrevistados, foi aquilo que se propôs fazer nesta investigação.

De acordo com as respostas dos entrevistados, os propósitos de desenvolvimento sustentável divergem entre a conservação ou preservação e a mudança ou inovação.

Está bem veiculada a ideia de que «O Raminho só se pode desenvolver com harmonia se mantiver algumas das bases que manteve até agora, que são as tais bases de bem receber as pessoas, da facilidade de diálogo entre mais novos e mais velhos. “São coisas fundamentais porque se a freguesia até agora viveu bem com esse esquema, se calhar, a falta dele vai implicar muita coisa na freguesia, nomeadamente esse desenvolvimento harmonioso que se possa antever”.

Ao nível insular, julga-se que os atributos de subdesenvolvimento e atraso que marcaram as representações sociais dos espaços rurais no passado, definidos negativamente e por oposição às representações da vida urbana e industrial, identificadas com o desenvolvimento económico e progresso, não são marcantes e estarão até superadas pelos residentes, que não abdicam de viver neste local pelas contrapartidas que o meio urbano lhes poderia proporcionar, ou dito de outro modo, o urbano já não alicia os jovens nem surge como uma alternativa promissora de futuro.

As conclusões do estudo remetem para a necessidade de se assumir uma visão territorial e multidimensional na definição de políticas, onde sejam coordenadas medidas e estratégias locais, regionais e nacionais que permeiem os aspectos de ordem social, cultural, económica e ambiental de forma equilibrada.

Antes de se direccionarem projectos é fundamental saber contextualizá-los, respeitar as idiossincrasias locais e articular a participação dos diferentes intervenientes em propostas de requalificação. É importante o reconhecimento dos seus direitos, experiências, saberes e, principalmente, o entendimento de que são os sujeitos que aí habitam que detêm responsabilidades na manutenção e gestão do seu espaço.

Apenas uma perspectiva integradora e holística poderá representar, no âmbito do debate em torno do desenvolvimento rural, ou equacionar um conjunto de problemas e

conflitos e aceder às soluções concretas e efectivas, como uma possibilidade que permitirá assegurar a vitalidade económica, social e ambiental do território rural.

Bibliografia

Comissão Nacional da UNESCO, Portugal (2006). *Década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável 2005-2014: Contributos para a sua dinamização em Portugal*. Lisboa.

Duarte, P. D., & Lima, M. L. (2005). Análise dos conteúdos da identidade associada ao lugar. *Psicologia*, Volume XIX, nº1-2, 193-226. Lisboa: Edições Colibri.

Figueiredo, E. (2003). *Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Dissertação de doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro.

Leff, E. (2002). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*, 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes.

Mendras, H. (1978) *Sociedades camponesas*. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Merelim, P. (1974) *As 18 paróquias de Angra – sumário histórico das paróquias*. Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Peixoto, P. (2004, Setembro). *O desaparecimento do mundo rural*, [on line]. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais: *A questão social no novo milénio. Painel 11 “Universo rural: debates e interpretações”*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Serviço Regional de Estatística dos Açores (2003). *Principais resultados definitivos dos censos 1991 e 2001*. Açores.